

Dedicatória	7
CAPÍTULO I — O Herói do Conto	9
CAPÍTULO II — Dois Candidatos	13
CAPÍTULO III — O Demónio Parlamentar Descobre o Anjo	17
CAPÍTULO IV — Asneiras da Erudição	21
CAPÍTULO V — Estreia Parlamentar de Calisto	26
CAPÍTULO VI — Virtuosas Parvoçadas	29
CAPÍTULO VII — Figura, Vestido, e Outras Coisas do Homem	36
CAPÍTULO VIII — Faz Rir o Parlamento	42
CAPÍTULO IX — O Doutor do Porto	47
CAPÍTULO X — O Coração do Homem	55
CAPÍTULO XI — Santas Ousadias	58
CAPÍTULO XII — O Anjo Custódio	64
CAPÍTULO XIII — Regeneração	69
CAPÍTULO XIV — Tentação! Amor! Poesia!	73
CAPÍTULO XV — <i>Ecce Iterum Crispinus...</i>	80
CAPÍTULO XVI — <i>Quantum Mutatus!...</i>	85
CAPÍTULO XVII — <i>In Liborium</i>	89
CAPÍTULO XVIII — Vai Cair o Anjo	97
CAPÍTULO XIX — Ó Mulheres	101
CAPÍTULO XX — <i>Proh Dolor!...</i>	104
CAPÍTULO XXI — O Mordomo das Três Virtudes Cardeais	108
CAPÍTULO XXII — Outro Abismo	113
CAPÍTULO XXIII — Tenta o Seu Anjo-da-Guarda Salvá-Lo mediante Uma Carta da Esposa	118

Capítulo XXIV — A Mulher Fatal	123
Capítulo XXV — Perdido!	131
Capítulo XXVI — E Ela Amava-O!	135
Capítulo XXVII — A Saudade e a Ciência em Diálogo	140
Capítulo XXVIII — Ingratidão de Um Deputado	143
Capítulo XXIX — O Demónio em Caçarelhos	147
Capítulo XXX — Como Ela O Amava!	154
Capítulo XXXI — Vence o Demónio! Choram os Anjos!	158
Capítulo XXXII — A Virtude de Teodora em Paroxismos	162
Capítulo XXXIII — Escândalos	166
Capítulo XXXIV — Perdida!...	170
Capítulo XXXV — A Felicidade Infernal do Crime	177
Capítulo XXXVI — Saldo de Contas Conjugal	179
Conclusão	183
Notas	185

DEDICATÓRIA

II.^{mo} e Ex.^{mo} Sr. António Rodrigues Sampaio

Meu amigo

Volto a oferecer-lhe uma das minhas bagatelas. Chamo assim, para me fingir modesto, bagatelas a umas coisas que eu reputo no máximo valor. Se não fossem elas, naturalmente eu não chegaria a granjear a estima de V. Ex.^a, que mas tem lido, e alguma vez louvado. Já V. Ex.^a, antes de me conhecer, quis encravar a roda do meu infortúnio, roda com que eu estou sempre brincando como as crianças com os seus arcos. Que tinha eu feito para comover a benquerença do meu prestante amigo? Tinha feito uns livros futilíssimos, à imitação deste que lhe ofereço.

Não é esta boa oportunidade de eu vir com a minha oblação de pobre a V. Ex.^a. Lembra-me a sentença do nosso Diogo de Teive:

*Donat cum egenus diviti
Retia videtur tendere.*

Os praguentos hão-de querer ver aquelas redes, porque não sabem que V. Ex.^a já me constituiu, há muito, no dever de eterna e profunda gratidão.

Leça da Palmeira, 27 de Setembro de 1865

CAMILO CASTELO BRANCO

CAPÍTULO I

O HERÓI DO CONTO

Calisto Elói de Silos e Benevides de Barbuda, morgado da Agra de Freimas, tem hoje quarenta e nove anos, por ter nascido em 1815, na aldeia de Caçarelhos, termo de Miranda.

Seu pai, também Calisto, era cavaleiro fidalgo com filhamento, e décimo sexto varão dos Barbudas da Agra. Sua mãe, D. Basilissa Escolástica, procedia dos Silos, altas dignidades da Igreja, comendatários, sangue limpo, já bom sangue no tempo do Sr. rei D. Afonso I, fundador de Miranda.

Fez seus estudos de latinidade no seminário bracarense o filho único do morgado da Agra de Freimas, destinando-se a doutoramento *in utroque jure*. Porém, como quer que o pai lhe falecesse, e a mãe contrariasse a projectada formatura, em razão de ficar sozinha no solar de Caçarelhos, Calisto, como bom filho, renunciou à carreira das letras, deu-se ao governo do casal algum tanto, e muito à leitura de copiosa livreria, parte de seus avós paternos, e a maior dos doutores em cânones, cónegos, desembargadores do eclesiástico, catedráticos, chantres, arcediagos e bispos, parentela ilustríssima de sua mãe.

Casou o morgado, ao tocar pelos vinte anos, com sua segunda prima D. Teodora Barbuda de Figueiroa, morgada de Travanca, senhora de raro aviso, muito apontada em amanhã de casa, ignorante mais que o necessário para ter juízo.

Unidos os dois morgadios, ficou sendo a casa de Calisto a maior da comarca; e, com o rodar de dez anos, prosperou a olho, tendo

grande parte neste incremento a parcimónia a que o morgado circunscreveu seus prazeres, e, por sobre isto, o génio cainho e apertado de D. Teodora.

Remenda teu pano, chegar-te-á ao ano, dizia a morgada de Travanca; e, aferrada ao seu adágio predilecto, remendava sempre, e cerzia com perfeição justamente admirada entre a família, e falada como exemplo na área de quatro léguas, ou mais.

Enquanto ela recortava o fundilho ou apanhava a malha rota da peúga, o marido lia até noite velha, e adormecia sobre os infólios, e acordava a pedir contas à memória das riquezas confiadas.

Os livros de Calisto Elói eram cronicões, histórias eclesiásticas, biografias de varões preclaros, corografias, legislação antiga, forais, memórias da Academia Real da História Portuguesa, catálogos de reis, numismática, genealogias, anais, poemas de cunho velho, etc.

Respeito a idiomas estranhos, dos vivos conhecia o francês muito pela rama; porém, o latim falava-o como língua própria, e interpretava correntemente o grego.

Memória pronta, e cultivada com aturado e indigesto estudo, não podia sair-se com menos de um erudito em história antiga, e repositório de notícias miúdas sobre factos e pessoas de Portugal.

Consultavam-no os sábios transmontanos como juiz indeclinável em decifrar cipos e inscrições, em restabelecer épocas e sucessos controvertidos por autores contraditórios.

Sobre castas e linhagens, coisa que ele tirasse a limpo não dava pega a dúvida nenhuma. Ia ele desenterrar geração já sepultada há setecentos anos, e provar que, na era de 1201, D. Fuas Mendo casara com a filha de um mesteiral, e D. Dorzia se havia sujado casando mofinamente com um pajem da lança de seu irmão D. Paio Ramires.

Farpeados pela viperina língua dele, os fidalgos provincianos retaliavam quanto podiam a prosápia dos Benevides, propalando que naquela família se gerara um clérigo grande femeeiro, beberrão e lambaz, a quem o santo arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires, uma vez, perguntara que nome havia; e, como quer, que o padre respondesse *Onofre de Benevides*, o arcebispo acudira dizendo: «Melhor vos acertara com o nome, segundo a vida que fazeis, quem vos chamara de *Bene bibis e male vivis*.»¹ O remoque, talvez por

ser de santo, era medianamente engraçado e pouco para afligir; assim mesmo Calisto Elói, à conta desta injúria dos fidalgos comarcações, tanto lhes esgaravato nas gerações, que descobriu radicalmente serem quase todas de má casta.

É supérfluo dizer-se a qual doutrinação política pendia o ânimo do morgado da Agra de Freimas. Estava com a decisão das Cortes de Lamego. Fizera-se nelas, e cuidava ter assistido, em 1145, àquele congresso mitológico, e ter conclamado com Gonçalo Mendes da Maia, e com Lourenço Viegas, o Espadeiro: *Nos liberi sumus, rex noster liber est.*² Todavia, se assim fossem todos os doutrinários políticos, a gente apodreceria na mais refestelada paz e supina ignorância do andamento da humanidade.

Calisto Elói de Silos e Benevides de Barbuda queria que se venerasse o passado, a moral antiga como o monumento antigo, as leis de João das Regras e Martim de Océm, como o mosteiro da Batalha, as *Ordenações Manuelinas* como o convento dos Jerónimos.

O mal que de aqui surdia ao género humano, a falar verdade, era nenhum. Este bom fidalgo, se lhe tirassem o sestro de esmiuçar desdouros nas gerações das famílias patricias, era inofensiva criatura. Deste senão, a causa foi um chamado *Livro-Negro*, que herdara de seu tio-avô Marcos de Barbuda Tenazes de Lacerda Falcão, genealógico vaporoso, o qual gastara sessenta dos oitenta anos vividos a coligir borrões, travessias, mancebias, adultérios, coitos danados e incestos de muitas famílias, naquelas satânicas costaneiras, denominadas *Livro-Negro das Linhagens de Portugal*.

Em suma, Calisto era legitimista quieto, calado, e incapaz de empecer a roda do progresso, contanto que o progresso não lhe entrasse em casa, nem o quisesse levar consigo.

Prova cabal de sua tolerância foi ele aceitar em 1840 a presidência municipal de Miranda. Na primeira sessão camarária falou de feitio e jeito, que os ouvintes cuidavam estar escutando um alcaide do século xv levantado do seu jazigo da catedral. Queria ele que se restaurassem as leis do foral dado a Miranda pelo monarca fundador. Este requerimento gelou de espanto os vereadores; destes, os que puderam degelar-se riram na cara do seu presidente, e emendaram a galhofa dizendo que a humanidade havia já caminhado sete séculos depois que Miranda tivera foral.

— Pois se caminhou, — replicou o presidente — não caminhou direita. Os homens são sempre os mesmos e quejandos; as leis devem ser sempre as mesmas.

— Mas... — retorquiu a oposição ilustrada — o regímen municipal expirou em 1211, Sr. presidente! V. Ex.^a não ignora que há hoje um código de leis comuns de todo o território português, e que desde Afonso II se estatuíram leis gerais. V. Ex.^a decerto leu isto...

— Li — atalhou Calisto de Barbuda — mas reprovo!

— Pois seria útil e racional que V. Ex.^a aprovasse.

— Útil a quem? — perguntou o presidente.

— Ao município — responderam.

— Aproveem os senhores vereadores, e façam obra por essas leis, que eu despeço-me disto. Tenho o governo de minha casa, onde sou rei e governo, segundo os forais da antiga honra portuguesa.

Disse; saiu; e nunca mais voltou à Câmara.